



Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ

ATA

Reunião realizada em 10-10-2018, 14h00 (CNJ, bloco D, sala 17)

Aberta a reunião, o Conselheiro Márcio Schiefler Fontes (Presidente), agradeceu a presença dos convidados, particularmente dos representantes da nova gestão do Conselho Nacional de Justiça, a quem informou a prática na Comissão evitar tomar decisões, sobretudo sobre temas polêmicos, sem a presença de no mínimo três Conselheiros integrantes do colegiado. Ressaltou que são muitos os que se dirigem ao CNJ, à Comissão de TI e ao Comitê Gestor Nacional do PJe para criticar os problemas do sistema, mas poucos os que efetivamente contribuem para o desenvolvimento de soluções que, a rigor, convertem-se em benefício para todos. Saudou os novos representantes da gestão, que fortalecerão os esforços para busca de aperfeiçoamento do PJe, e chamou atenção para assunto que considera de grande relevância: a necessidade de o Conselho deliberar sobre o recorrente assédio que os tribunais recebem de empresas privadas para acesso aos bancos de dados do Judiciário. Sugeriu a hipótese de deliberação do Plenário do CNJ, via resolução, sobre o tema.

Para cumprimento ao previsto no item 1 da pauta de deliberações, passou a palavra ao Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Bráulio Gabriel Gusmão, ao Diretor Geral do CNJ, Johanness Eck, e ao Diretor de Tecnologia da Informação, Luiz Antônio Mendes Garcia.

Item 1: Apresentação da nova equipe da Presidência que trabalhará com assuntos relacionados à Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura.

(a) O Dr. Bráulio Gabriel Gusmão iniciou sua exposição aos Conselheiros com a informação de que trabalhará alinhado com a Comissão e que, para tanto, manterá o colegiado informado do que está sendo feito na área de TI.

Informou que uma das prioridades da nova gestão do CNJ será trabalhar com o PJe como sendo a ferramenta a ser adotada pelo Poder Judiciário como sistema eletrônico de processo judicial e que configura um passo atrás medidas que autorizem o uso de outros sistemas. Nesse contexto, afirmou que o Conselho atuará com muito diálogo com os tribunais e que finalizar a implantação da versão 2.0 do PJe é um dos objetivos da gestão.



Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ

Outra das prioridades exposta pelo Dr. Bráulio Gabriel Gusmão é prestigiar a governança do PJe, pois o Judiciário brasileiro é heterogêneo e o CNJ precisa assumir o papel de liderança nessa área. Para tanto, medidas para estruturar a rede de governança têm sido e continuarão a ser tomadas, como a promoção de reunião de trabalho nos dias 16 a 18 de outubro de 2018, oportunidade em que o Presidente do Conselho, o e. Ministro Dias Toffolli, assinará termo de cooperação com o Tribunal de Justiça de Rondônia para incorporação ao PJe de solução de inteligência artificial desenvolvida pela Corte.

Em resposta ao Conselheiro Márcio Schiefler Fontes (Presidente), quanto à preocupação com o assédio aos tribunais, por parte de empresas privadas interessadas no acesso aos bancos de dados do Judiciário, o Dr. Bráulio Gabriel Gusmão prontificou-se, em conjunto com o Diretor de Tecnologia da Informação do CNJ, a iniciar trabalho de regulamentação da matéria, a ser apresentado oportunamente à Comissão. Ainda em atenção a questionamento formulado pelo Presidente da Comissão, quanto ao módulo criminal do PJe, ainda inexistente, o Dr. Bráulio Gabriel Gusmão disse que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios já o desenvolveu e, em breve, será formalizada a incorporação ao PJe.

(b) O Diretor Geral do CNJ, Johanness Eck, afirmou que a prioridade será a área de tecnologia da informação, até mesmo porque, na atualidade, as soluções para quase todas as demandas acabam recaindo sobre o setor. Ressaltou que a Diretoria Geral estará sempre disponível para ajudar e mobilizar recursos financeiros eventualmente necessários para as soluções e que, havendo projetos, não poupará esforços para viabilizar a implementação.

(c) O Diretor de Tecnologia da Informação, Luiz Antônio Mendes Garcia, relatou suas experiências na área de TI anteriores à vinda para o CNJ, desenvolvidas no Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Tribunal Superior Eleitoral. Afirmou a necessidade de distinção das pautas externas e internas, estas voltadas ao incremento da equipe de profissionais de TI do Conselho, considerada muito capaz, mas pequena para a dimensão das demandas da instituição.

Reafirmou que a bússola de atuação do Departamento de TI será o PJe e que a governança do sistema é fundamental para seu sucesso. Ressaltou a importância da adoção das tecnologias mais avançadas, que, tão logo adotadas, sejam incorporadas ao sistema PJe. Daí o interesse de investir em inteligência artificial, como será feito por meio de acordo de cooperação a ser firmado com o Tribunal de Justiça de Rondônia, os estudos para uso de computação em nuvem (pública ou privada, eventualmente a ser criada pelo CNJ) e da tecnologia que



Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ

propiciou o desenvolvimento das denominadas moedas virtuais, que também tem outras funcionalidades utilizáveis pelo Poder Judiciário.

(d) as Conselheiras Maria Iracema e Maria Tereza Uille saudaram os representantes da nova gestão do CNJ e prontificaram-se a trabalhar em conjunto. A Conselheira Maria Tereza Uille informou estar sob sua relatoria procedimento em que o Tribunal de Justiça de Rondônia solicita autorização para aderir ao sistema SAJ. Em relação ao caso, a Comissão deliberou pelo encaminhamento do procedimento ao Dr. Dr. Bráulio Gabriel Gusmão, para colher manifestação.

(e) o Conselheiro Luciano Frota afirmou sua satisfação em saber que o PJe será o norte a ser perseguido durante a gestão do Ministro Dias Toffoli. Trouxe sua preocupação, na condição de encarregado pela Comissão de responder pelo denominado Sisteja Jud, no sentido da necessidade de interligar o BacenJud com o PJe, pois é ferramenta potencialmente muito eficaz nos processos de execução e constitui um pleito da magistratura que chega ao CNJ diariamente. O Dr. Bráulio Gabriel Gusmão informou ter notícia de tribunais com tecnologias interessantes quanto à matéria e que o objetivo é a oportuna incorporação ao PJe.

Item 2: SEI 07730/2017 – Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais solicita alteração da Resolução CNJ 185/2013 e da Portaria CNJ 78/2014 para inclusão de um representante das defensorias públicas estaduais no Comitê Gestor Nacional do PJe.

A Comissão deliberou pelo encaminhamento do expediente ao Dr. Bráulio Gabriel Gusmão, para manifestação.

Item 3: SEI 09766/2015 – Secretaria de Controle Interno (SCI) do CNJ apresenta novas informações sobre cronograma de implantação do Sistema Auditar nos órgãos do Poder Judiciário que manifestem interesse na adesão. Ante os novos prazos, solicita (i) que a SCI possa iniciar, a partir de 4-2-2019, consulta perante as unidades ou núcleos de controle interno ou de auditoria interna para verificação de interesse na implantação do sistema; (ii) autorização da Comissão para que a SCI possa implementar a governança do sistema com a participação dos titulares das unidades de controle interno do CNJ, TST, STJ, STM, CSJT, TSE e CJF, e, se assim o desejar, titular da unidade do STF.

A Comissão deliberou, inicialmente, autorizar a Secretaria de Controle Interno a formular consulta perante as unidades de controle interno para verificação de interesse na implantação do sistema.



Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ

Item 4: SEI 17045/2017 – Apreciação do parecer ofertado pelo Juiz Auxiliar da Presidência (Id 0521413), Dr. Marcelo Mesquita, a partir de requisição da Comissão. Trata-se de expediente em que o Conselho Federal de Medicina solicitou ao CNJ análise da possibilidade de cessão do código fonte do sistema PJe para implantação de sistema de automação de processos naquela instituição.

A Comissão deliberou pelo encaminhamento do expediente ao Dr. Bráulio Gabriel Gusmão, para manifestação.

Item 5: SEI 09268/2018 – Expediente inaugurado por ofício expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí à Presidência do CNJ, por meio do qual formulou “pedido de necessário apoio de Vossa Excelência para efetividade do suporte e cooperação do CNJ, objetivando a manutenção da continuidade desta importante ferramenta da Justiça”, em razão de reiteradas indisponibilidades naquela Corte do sistema PJe, que reside no datacenter do CNJ.

A Comissão deliberou pelo encaminhamento do expediente ao Dr. Bráulio Gabriel Gusmão, para manifestação.

Item 6: SEI 11278/2018 – Expediente inaugurado por ofício expedido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em que noticiou dificuldades na coleta de dados referentes a separações e divórcios, em razão do aumento da quantidade de processos judiciais eletrônicos, bem como apresentou sugestões para ter acesso aos dados.

A Comissão deliberou pelo encaminhamento do expediente ao Dr. Bráulio Gabriel Gusmão, para manifestação.

Item 7: Assuntos gerais. SEI 06071/2018. O expediente versa sobre solicitação formulada pelo Dr. Fabiano Pfeilsticker, Juiz Coordenador do PJe na Justiça do Trabalho, de inclusão de novas funcionalidades no Sistema Escritório Digital, de modo a estar apto à atuação das procuradorias.

A propósito do ponto, o Juiz Auxiliar da Presidência para a área de tecnologia da informação, Dr. Bráulio Gabriel Gusmão, solicitou que este e os demais expedientes que versem sobre questões de TI lhe sejam remetidos para prévia manifestação, o que foi aprovado.

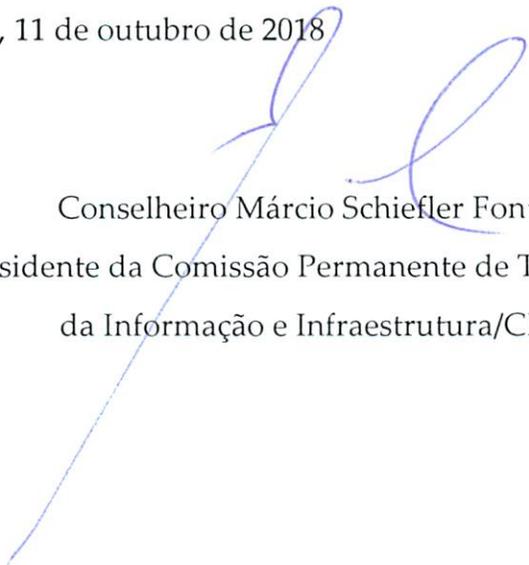


Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ

Encerrou-se o encontro às 15h50, com a presença dos Conselheiros, Magistrados e servidores abaixo nomeados. Eu, Fábio de Souza Oliveira, Assessor-Chefe do Gabinete do Conselheiro Márcio Schiefler Fontes (Presidente), redigi a ata.

Brasília/DF, 11 de outubro de 2018



Conselheiro Márcio Schiefler Fontes

Presidente da Comissão Permanente de Tecnologia
da Informação e Infraestrutura/CNJ



Poder Judiciário

Lista de Presença

Reunião da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

Data: 10/10/2018

NOME	ORGÃO	E-MAIL
Braulio Gabriel Guimaraes	CNJ	braulio.guimaraes@cnj.jus.br
JOHANESS ECK	CNJ-DG	johannes@cnj.jus.br
Luiz Antônio Mendes Garcia	CNJ-DTI	LUIZ.GARCIA@CNJ.JUS.BR
IGOR GUILHERME PEDREIRA	CNJ-DPJ	IGOR.PEDREIRA@CNJ.JUS.BR
JULIANA MILAGRES DE LOYOLA FLEURY	CNJ - SAU	juliana.fleury@cnj.jus.br
Brenton Crispim	CNJ	brenton.crispim@cnj.jus.br
Juiz Porto	CNJ	juizporto@cnj.jus.br
Angela Santos	CNJ	angela.santos@cnj.jus.br

